



A violência doméstica continua impedimento para o avanço da mulher

Persistem barreiras ao avanço da mulher

O ABUSO e assédio sexual, a violência doméstica, as uniões prematuras e a gravidez precoce constituem ainda barreiras para as mulheres, não permitindo que estas participem em pé de igualdade com o homem em várias esferas da vida.

Quem assim considera é a inspectora-geral do Ministério do Género, Criança e Acção Social, falando há dias no lançamento da primeira edição do “Prémio de Jornalismo Moza Banco, sobre violência baseada no género em tempos da Covid-19”.

Carlota Matchaie avançou que o país aprovou instrumentos para o avanço da mulher, entre os quais a Política de Género e Estratégia da sua Implementação, o Plano Nacional para o Avanço da Mulher, o Plano de Prevenção e Combate à Violência Baseada no Género e o Plano sobre a Mulher, Paz e Segurança. Constatam ainda as leis sobre a Violência Doméstica, sobre a Prevenção e Combate às Uniões Prematuras e Código Penal, que estabelecem medidas de prevenção, protecção das vítimas e penalização dos infractores.

“Com estes instrumentos, temos registado progressos no acesso das mulheres e raparigas aos serviços sociais básicos, aos meios produtivos e à protecção”, disse, reconhecendo que, apesar destes avanços, ainda há muito por se fazer para que as mulheres gozem na plenitude os seus direitos.

Para sustentar a sua posição, Matchaie referiu, por exemplo, que em 2020 o país registou 22.978 casos de violência nos Gabinetes de Atendimento à Família e Menores Vítimas de Violência. Destes, 12.398 foram contra mulheres e 2.402, 723 e 7.455 contra homens, idosos e crianças, respectivamente.

Salientou que, do total dos casos atendidos naqueles serviços, 2071 são de violência sexual, sendo que as principais vítimas são crianças e mulheres.

“Esta situação exige de todos nós mudanças de atitude. Que mulheres e homens assumam que a violência não pode ser justificada e que todos devem contribuir para a sua eliminação”, apelou a fonte.

Para a inspectora-geral do Ministério do Género Criança e Acção Social, a eliminação das barreiras que impedem o desenvolvimento da mulher exige o esforço de todos e parcerias envolvendo instituições públicas, privadas, religiosas, organizações da sociedade civil e comunidades.

Por isso, no seu entender, o concurso jornalístico promovido pelo Moza Banco demonstra que o sector privado tem a responsabilidade social de contribuir para a construção de uma sociedade de respeito pelos direitos humanos e livre da violência baseada no género, assim como reconhece o papel fundamental que a comunicação social desempenha neste processo.